

Historicidade, Indivíduo e Sociedade:

O sujeito na Contemporaneidade

Mas onde cresce o perigo cresce também o que salva(?)

Eni P. Orlandi

(Labeurb/IEL/Unicamp)

Introdução

Nosso objeto de reflexão é a relação entre o indivíduo e a sociedade, procurando compreender a forma e a necessidade dos movimentos sociais urbanos que, mal metaforizados, resultam na delinqüência – e ligamos a palavra delinqüência a de-linquo que significa des-ligar, pensando justamente a necessidade do sujeito histórico e simbólico de praticar laços sociais (E. Orlandi, 2004).

Teoricamente, estabelecemos como quadro de referência uma teorização do sujeito (E. Orlandi, 2001) onde refletimos sobre a interpelação do indivíduo em sujeito (forma histórica do sujeito capitalista, sustentado pelo jurídico) e sua individualização pelo Estado, resultando daí um sujeito ao mesmo tempo livre e responsável.

Visamos compreender o sujeito da modernidade e os movimentos sociais urbanos face à necessidade de se constituírem políticas públicas sustentadas na organização do consenso. Já analisamos - para compreender como este indivíduo se encontra na nossa formação social em que há uma sobredeterminação do social pelo urbano - o sujeito do grafite, do piercing, da tatuagem e do rap, o menino do tráfico (Falcões) que, em seu conjunto, constituem a produção do que tenho chamado de discurso urbano.

Sentindo necessidade de situar a conjuntura social e histórica de nossa reflexão, atualmente, entra para nossas considerações o mundo globalizado e as tecnologias de linguagem (tanto o mundo eletrônico como a mídia). Mais especificamente, e dada a conjuntura sócio-política contemporânea, estamos também refletindo sobre a migração, a mundialização, e as tecnologias de linguagem como pano de fundo em que sobressaem a criminalidade/delinquência, a guerrilha, o terrorismo. Que resultam na divisão maniqueísta entre o Bem e o Mal. Tudo isto bem sustentado por discursividades que se apóiam na tensa contradição entre, de um lado, a expectativa de uma democracia planetária ilusória e, de outro, a prática de uma real economia ditatorial. O político aparece nessa conjuntura como argumento. De certa forma, ligado a este discurso da mundialização, da globalização, há também um discurso sobre a subjetividade que gostaríamos de trazer para esta reflexão.

Na consideração deste sujeito da modernidade, somos sensíveis ao que diz Melman (2005) sobre a “nova economia psíquica”. Ontem, diz Jean Pierre Lebrun (2005), na introdução ao livro de Melman, mesmo os provérbios e as máximas lembravam ao sujeito que tudo não era possível (*Não se pode ter tudo*), que é preciso assumir as conseqüências de seus atos (*Quem semeia vento colhe tempestade*). Hoje, os adágios evocados são os que falam de um sujeito que quer tudo (*Ele quer o pão e o queijo*). Que pensa poder tudo. Constata-se a dificuldade dos sujeitos hoje de disporem de balizas tanto para esclarecer a tomada de decisões como para analisar situações às quais se confrontam. É espantosa diz Lebrun (idem), em um mundo caracterizado pela violência, uma nova atitude diante da morte (eutanásia, enfraquecimento dos ritos), a demanda do transexual, as coerções ou mesmo as imposições do econômico, a emergência de sintomas inéditos (anorexia masculina, crianças hiperativas), a tirania do consenso, a crença nas soluções autoritárias, a transparência a qualquer preço, o peso do

mediático, a inflação da imagem, a alienação no virtual (jogos de vídeos, internet) a exigência do risco zero etc. Eu acrescentaria a corrupção e a impunidade. Não se trata, segundo o autor, de evocar simples modificações no social e suas incidências sobre a subjetividade de cada um, mas de examinar uma mutação inédita que está produzindo seus efeitos. O autor Melman (2005) se propõe a refletir sobre isso e analisar essa crise de referências. Pensando a subjetividade e o futuro psíquico do homem contemporâneo, ele debate as questões sobre o fato de que o *homo faber* cede lugar ao homem fabricado e, neste caso, ele se interroga sobre esses homens novos – esses *homens sem gravidade*, quase mutantes – que nós temos que compreender.

Segundo Melman há emergência de uma economia psíquica que não existia antes. As que existiam eram de oposição (revolta, marginalidade etc). Hoje não é um movimento de oposição é um movimento que se faz sobre seu próprio impulso. Passa-se de uma economia organizada pelo recalque para uma economia organizada pela exibição do gozo. Não é possível abrir uma revista, diz Melman (ibid), admirar personagens e heróis de nossa sociedade sem que eles sejam marcados pelo estado específico de uma exibição do gozo (fruição). Isto implica deveres radicalmente novos, impossibilidades, dificuldades e sofrimentos diferentes. Há um progresso que traz suas ameaças. Tem-se efetivamente como medida que o céu é vazio, tanto de Deus como de ideologias, de promessas, de referências, de prescrições e os indivíduos têm de se determinar eles mesmos, singularmente e coletivamente.

Este é o sujeito que vemos teorizado no Velho Mundo, nos países ricos. Queremos ver em nossa reflexão como isto se passa no sul do planeta. Que ecos vivemos nos países pobres. O que se passa com os que, por necessidade histórica, seriam mutantes, mas que, pelas razões da dominação, da ideologia capitalista, não

podem sê-lo. Os mutantes, sem as condições favoráveis do capitalismo, estes, que são o resto, também são os monstros? Como significá-los em suas condições?

Mundialização

A mundialização é um processo geo-histórico de extensão progressiva do capitalismo em escala planetária e que é ao mesmo tempo uma ideologia (O liberalismo), uma moeda (o dólar), um instrumento (o capitalismo), um sistema político (a democracia), uma língua (o inglês).

A mundialização tal como a conhecemos hoje data de um século e meio e seu processo não é linear. Vem desde o fim da Guerra Fria, da era da comunicação “sem limite”, fim da URSS e desemboca no mito da Democracia. Alguns fatos concorrem para isto: os movimentos migratórios e a mobilidade populacional. Estes, por sua vez, não são um fato sem polêmica: muitas vezes são mais sugeridos que existentes, Isso nos leva a concluir que são espaços idealmente abertos, mas concretamente fechados, materializando as novas divisões: Norte/Sul; Oriente/Ocidente. A mundialização é mais falada que praticada. Mas nem por isso deixa de ter seus efeitos. Como sabemos o imaginário tem fortes conseqüências sobre o real.

Podemos mesmo adiantar que há uma formação ideológica capitalista dominante e que se pratica através da projeção de inúmeras formações discursivas que formam um complexo a dominante: a formação discursiva da mundialização, com a formação discursiva da migração, formação discursiva da ecologia, formação discursiva do terrorismo, formação discursiva da delinqüência etc. Esse complexo de formações discursivas são as manifestações, na linguagem, do fato de que o capitalismo mantém-se em sua dominância, praticando-se, para não ser deslocado, por estas diferentes falas da mundialização. Sustentadas por um mal estar de raiz: o preconceito.

Que sujeito?

Antes mesmo de entrar na questão do sujeito que se constitui nestas condições sócio-histórico-ideológicas, gostaria de realçar algo que venho dizendo ao longo de minhas reflexões.

A forma-histórica do sujeito que estamos analisando é a forma-histórica sujeito capitalista. Por outro lado, mesmo havendo um deslocamento nas formas como o capitalismo se pratica e estabelece suas relações de poder, ainda assim continuamos no domínio ideológico do capitalismo. Por isso, o que dissemos antes deve marcar uma nossa posição que não visa reproduzir o discurso da inclusão, o que visa transformar o dominado, o excluído, para adequá-lo às formas dominantes seja da cultura, seja do conhecimento, seja da classe social, nem tampouco o que pretende inserir o não inserido, ou integrar o não-integrado (os apocalípticos?), ou seja, falar do lugar em que a gestão pública se coloca como lugar do assistencialismo, do multi-culturalismo, do comunitarismo, face à ideologia da mundialização. Não supomos também que temos de um lado o sistema capitalista e de outro agentes/sujeitos/posições-sujeito inertes. Para nós tanto uns como os outros estão em movimento e se transformam. Interessa-nos pensar nos sentidos que a dominação e a resistência tomam nessa relação, já que tanto a estruturação como a desestruturação delas levam ao movimento da sociedade na história. Já que o tal consenso sobre o qual se apóiam as políticas “públicas” é um consenso imaginário, constituído no jogo do jurídico – que estabelece as bases da estrutura e funcionamento do capitalismo – e o administrativo, que se sustenta nas formas materiais da mundialização com suas práticas assistencialistas, multi-culturais e comunitaristas.

Uma vez isto esclarecido, passemos à exposição do que é ou de quem é este sujeito da modernidade. Sujeito cujo percurso traçamos acima. Controlado em seu ir e vir, dividido entre o Norte (rico) e o Sul (pobre), submetido a redes de informação e comunicação, ameaçado em seus processos de memória, sujeito à delinquência, à violência, ao terrorismo, sem falar das ameaças ambientais etc no entanto “livre”, “democrático”, “multi-cultural”, “comunitário”, “cidadão”.

O Espaço Significativo da Violência: ambiência e condições de produção

Podemos pensar o “espaço” face à cidade como parte das condições de produção que constituem a prática significativa da/cidade.

Concebido desse modo, o espaço (urbano) é o enquadramento dos fenômenos ou práticas que acontecem na cidade (P. Henry, 1998, texto sem título e data). Estamos considerando o espaço como parte do acontecimento discursivo urbano. E nele incluímos o sujeito.

Esta idéia de espaço como enquadramento permite-nos trabalhar com a forma e os meios materiais que constituem o espaço urbano como espaço significativo. O que isto quer dizer? Quer dizer que os sentidos são determinados pelas condições de produção, nesse caso, pelo modo como o espaço *enquadra* o acontecimento urbano. Para nós, enquadrar significa aqui determinar o espaço de significação. Uma pessoa atravessando a rua experimenta sentidos do espaço urbano que é diferente de uma pessoa atravessando a cidade em um ônibus. Porque sua experiência do espaço urbano é diferente. São condições de produção diferentes. São diferentes características e efeitos da ambiência. A maneira como as pessoas se posicionam em uma fila para retirar seu dinheiro no banco ou a maneira como as pessoas se posicionam em uma fila, desde a madrugada, para conseguir uma vaga para seus filhos em uma escola pública, são

diferentes porque constituem espaços de significação urbanos diferentes, com diferentes efeitos de sentidos. São dis-posições diferentes do espaço (do sujeito e dos sentidos), dadas a condições de sua produção. Daí se conclui portanto que o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de *enquadrar* o acontecimento.

Thibaud (2002) com a noção de “ambiência” procura compreender como os moradores da cidade experienciam, percebem e usam lugares públicos.

Segundo Thibaud é preciso distinguir entre o ambiente que é perceptível e o que não é perceptível. O primeiro é o que se pode ver, escutar, cheirar ou tocar e que podemos chamar de ambiente sensorial. Ele se relaciona diretamente à experiência e ao comportamento das pessoas na sua vida cotidiana. Deste ponto de vista podemos observar as relações entre os moradores e o ambiente construído. O segundo ambiente é o que não é diretamente perceptível, o extra-sensorial. Por exemplo, há produtos químicos que não são percebidos, a água pode estar poluída e não percebermos etc. Ele questiona a psicologia ambiental que é base da política ambiental por simplificar demais o modo como trata a percepção da ambiência. A dimensão humana está aí super-simplificada, segundo Thibaud. As pessoas não podem ser reduzidas a sujeitos médios idênticos entre si e não reagem do mesmo modo ao ambiente. Além disso, as pessoas não são sujeitos isolados. O ambiente é uma construção social. Enfim, não se deve reduzir o ambiente a seu aspecto físico e sim pensar o físico articulado ao social. Sai-se assim de um modelo baseado em estímulos para um ambiente baseado na experiência. Eu acrescentaria: se observaria o ambiente em suas práticas sociais. E concordo com o autor quando ele diz que o ambiente da vida cotidiana é mais significativo do que parece, pois ele é a espinha dorsal e o fundo sobre o qual construímos a base de nosso

modo de ser-no-mundo. Eu diria que a pergunta que fica então é a de como o ambiente significa naquilo que nós significamos.

Aqui podemos retomar a noção de condições de produção tal como a tratamos na análise de discurso e aproximá-la da noção de ambiência quando esta não se reduz ao físico e, nos termos de Thibaud, torna-se um dos termos incontornáveis na concepção arquitetural e da ecologia urbana.

É então que Thibaud aproxima a noção de ambiência da de “qualidade difusa” de Dewey(1931) e, ao fazê-lo, às contribuições de ordem essencialmente técnica e instrumental, ele junta uma reflexão sobre sua dimensão estética, sensorial, e social. É uma abordagem como ele diz, qualitativa do meio ambiente sensível. Penso que é aí que podemos introduzir, pela aproximação com a noção de produções de condições (sujeito, situação, memória constitutiva), a questão da linguagem, do discurso, do confronto do simbólico com o político. E teremos uma noção de espaço não mais tecnológica mas significativa. Deixa-se de ter uma noção de espaço instrumental e idealista, sai-se do domínio dos projetos e do construído para a noção de processo de produção de um espaço em que entra a percepção e a prática pública. A noção de ambiência passa então a se relacionar com um espaço com suas características formais, materiais, físicas e plásticas. O que ele denomina de dimensão sensível do espaço eu denominaria, pela análise de discurso, de dimensão significativa, onde se juntam o físico e o espacial (material) e o humano, o simbólico. Ou seja, é aí que a questão do espaço se articula à do sujeito, em termos da significação. O modo de se significar um espaço vai de par ao modo como são significados os sujeitos desse espaço.

A questão do campo difuso está em que o sujeito percebido no mundo nos coloca em contato com a globalidade de uma situação. Eu diria que é a conjuntura significativa que está funcionando, ou seja, não só as condições imediatas e sócio-

históricas como a memória discursiva, a filiação de sentidos em sua rede. Veremos como, na análise que fazemos mais adiante do menino do tráfico isto é presente: o que cria aquela situação de violência que está por todo lado? A forma das casas, a falta de espaço amplo e livre, as feições do menino? A situação é um todo, dada sua qualidade difusa perceptível. É a situação como uma totalidade unificada. A experiência engaja um pano de fundo indeterminado na base do qual se individualizam os objetos ou acontecimentos em questão. Aí também se individualizam os sujeitos. Este pano de fundo não pode ser discriminado precisamente justamente porque ele é que dá a fisionomia geral do que pertence a situação.

Do nosso ponto de vista discursivo, este pano de fundo nos mostra o engajamento simbólico que nos remete por sua vez à memória discursiva. É isto que dá a unidade pressentida de uma situação, da ambiência, enquanto pano de fundo. O experimentado. O já significado sócio-histórica-politicamente. O que se chama de qualidade difusa, penso que podemos considerar como o enquadramento de que falamos mais acima, que assegura um campo, uma unidade sensível da situação, enquanto um domínio de experiência (não contexto mas práticas lingüístico-discursivas). Daí, diante de um espaço, se tem “uma impressão dominante global”. E quando penso nos “falcões” esta impressão, este sentimento é o de insegurança, de impossibilidade, de confronto com a morte. Percebemos objetos e acontecimentos e experimentamos ou sentimos a situação, a ambiência. E ela é tácita, inconsciente, mas se manifesta. Nos meninos de tráfico, posso dizer que esta sensação é forte, difusa, é experimentada e fica inscrita na memória. Como existe neles mesmos? Que efeitos produz? Aquilo que os afeta tão profundamente, que não começa ali e que não pode nem mesmo ser descrito em termos “objetivos”.

Temos nas condições de produção, pensado como ambiência, um campo mas é ao mesmo tempo um processo, instável, com tensões, conflitos. Instala-se uma sensação de inquietação, ou de prazer etc. E isto não é só um estado pessoal ou subjetivo mas também, eu diria, material, concreto.

Segundo Thibaud, a ambiência nos coloca em uma certa disposição afetiva. Mais à frente falaremos do sentimento de “humilhação” como parte da individualização dos sujeitos na sociedade capitalista. Mas eu penso que isto é mais complexo e tem a ver com o funcionamento das condições de produção e com a ideologia. Uma certa “ambiência”, uma certa situação é constituída por certas condições de produção e como somos sujeitos ideologicamente constituídos, uma situação se carrega de sentidos e nos coloca em uma certa disposição (afetiva diz Dewey) significativa. Isto que estou chamando disposição significativa é o efeito ideológico. Tudo isso se dá porque o ser, o sujeito é levado por uma exigência de organizar sua atividade em uma totalidade integrada e significativa. Se assim é (e aí não falaríamos em atividade mas prática) o que se passa com o Falcão que vive sem as mínimas condições de integrar suas práticas em uma totalidade significativa (vivendo “do lado certo na vida errada”)?

O movimento do corpo não se faz em um espaço vazio mas um espaço de interpretação afetado pelo simbólico e pelo político, dentro da história e da sociedade.

Dar conta do caráter ordinário da vida em comum supõe esclarecer de modo novo o problema da compreensão do pano de fundo, implícito: fundo comum para as relações sociais, condição para a sociabilidade pública. Consensual. Devemos problematizar o laço social em termos desta inter-coporalidade, dessa coreografia tácita de que tomamos parte mesmo sem saber. Questionar o ordinário permite colocar à prova o sentimento de familiaridade como componente fundamental do habitar mostrando a

existência de uma “base comum”, um consenso produzido, que nos liga uns aos (e contra) os outros.

Daí que para analisar o espaço não podemos vê-lo apenas como paisagem. E nos confrontamos então, segundo Thibaud (idem), com a categoria do *familiar*, com a *espacialidade*, com a *hospitalidade*, que são três dimensões essenciais do habitar. E o que é habitar? É entreter uma relação de *familiaridade* com o mundo pela qual damos sentido ao nosso entorno. É investir um espaço de sua *presença* o que significa lhe dar corpo integrando os sentidos em uma dinâmica de conjunto. É tornar um espaço *hospitaleiro*, engajando gestos elementares nos ligando uns aos outros. Dar evidência ao poder expressivo que constitui o estar-junto (Thibaud, idem).

Como veremos a seguir, estas três definições do habitar mostram que, no caso que tomamos como exemplo, o dos meninos do tráfico, se há algum sentido em habitar, certamente está longe de ser o que apontam estas definições.

Violência e processos de individualização dos Sujeitos na contemporaneidade¹

“O crime realizou muito sonho meu” (Falcão, meninos do tráfico)

Tenho insistido em analisar materiais que possam me dar indicações sobre os processos de individualização do sujeito contemporâneo. Para isto tenho analisado manifestações do discurso urbano tais como o grafite, a pichação, o piercing, o rap, a tatuagem (E. Orlandi, 2004).

De minhas análises restou que se pode reconhecer - pensando a relação desse sujeito assim individualizado, com o corpo político, de que recebe por este mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade - a forma da pessoa pública, esta correspondendo a uma forma de individualização, o sentimento de ser Um, no todo da sociedade. É a forma de individualização em relação à sociedade em geral, de que resulta o “eu comum”. Mas, como diz Bataille (1946): o pertencimento de fato não esgota o desejo que têm os homens de estabelecerem com seus semelhantes um laço

¹ Esta parte foi apresentada em uma versão mais extensa no CIAD, em São Carlos, em 2006.

social. Daí a necessidade de, além da comunidade de fato (família, Igreja, empresa, nação etc), estabelecermos comunidades segundas (as que temos vontade de eleger, em que nossos desejos podem ser satisfeitos). É para ela que se dirige nosso imaginário. Essas comunidades segundas são “grupos em que cada um pode desempenhar seu desejo de reconhecimento como o reconhecimento de seu desejo e de seu ser”.

Pois bem, o que acontece com este sujeito quando pensamos, no Brasil, a violência, mais precisamente quando pensamos um sujeito como está retratado em *Falcão, meninos do tráfico*? E esclarecemos que os tomamos apenas como exemplares dos milhares que estão pelas ruas. E esta é a palavrinha chave. Rua. Que está presente na expressão “meninos de rua”. São eles uma “comunidade”? Um “grupo social”? Como se relacionam com o movimento na/da sociedade? Meninos de rua inclui o Falcão, menino do tráfico?

A) As formas da sociedade no Estado

Segundo Schaller (2001) as relações sociais já não se estruturam como antes. Não temos mais a representação de classes, verticais, formando uma pirâmide em que estariam na base os mais pobres e no ápice a classe alta, podendo haver mobilidade em relação à ascensão. Os sujeitos seriam então incluídos ou excluídos socialmente. Já não é assim. Contemporaneamente, a relação não é de classes, segundo este autor, mas de lugares e se representa horizontalmente: ou se está dentro ou se está fora. As relações não são de inclusão/exclusão mas de segregação. Uma vez segregado, é impossível ao sujeito entrar nas relações sociais.

Há inúmeras teorias (por exemplo Lewkowitz e outros) que sustentam o esgotamento do Estado enquanto articulador simbólico e a sua redução ao técnico, administrativo, como ator coadjuvante enquanto o papel definidor é o da sociedade de mercado.

Sem negar a força do mercado contemporaneamente, a nosso ver, quando pensamos o Brasil, não diríamos que o Estado já não exerce sua função de articulador simbólico. Penso que temos de conviver com a ambigüidade produzida pela existência de sociedades de mercado e com a nossa, em que o Estado tem seu funcionamento justamente regido por sua falta e afetado pelas sociedades de mercado. Ou seja, é em

sua falta que o Estado existe e exerce seu poder articulador do simbólico com o político. Em suma, o Estado funciona pela falta, produzindo o que chamamos de sem-sentido, que não é um vazio, mas um modo de estar na relação do político com a significação, estagnando-a no já-significado. Assim é que, nossa posição é de que temos de compreender os novos termos de dominação, através da compreensão de como se confrontam o simbólico com o político, nesses termos.

B) O Corpus

Do PCC, sobre o telhado de um presídio *“Liberdade para nossos presos”*. De Marcola, no Caros Amigos, algumas palavras de seu depoimento à Comissão Especial – Combate à Violência, da Câmara Federal;

“Deputado: E onde foi parar esse dinheiro?”

Marcola: Foi pago em extorsões feitas pela Polícia Civil e Polícia Militar.

Deputado: Vocês pagaram?”

Marcola: Eu paguei

Deputado: E a quem pagaste todo esse negócio?”

Não, isso eu não digo, porque NÃO TEM SENTIDO eu dizer que o policial, o fulano ou sicrano é corrupto, sendo que o sistema penitenciário não reabilita ninguém. A partir do momento em que o sistema tiver condição de reabilitar um ser humano, vou dizer quem é o policial corrupto(...).”

Do livro *Falcão meninos do tráfico*, temos inúmeros enunciados. Vamos exemplificar através de alguns:

“Criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa vida que eu to agora, A VIDA DO CRIME, DO LADO CERTO NA VIDA ERRADA”

“As crianças não são chamadas de traficantes mas de meninos.”

Se os cana chegar aqui, não tem essa de trabalhador, não, eu sou bandido. Na realidade, eu não sou bandido, mas se eles chegar aqui eu sou. Pra eles, eu sou”.

Amanhã ou depois tu morre, vários amigos já morreram assim.”

“Os Falcões estão tão pobres que estão sem fé”.

“Não eu não sou viciado, sou usuário”.

“O que você quer ser quando crescer? Quero ser bandido”.

“Você só vai botar a mão no que tu alcança”.

C) Análise

Retomemos o que colocamos em nossa introdução: como se individualiza o sujeito contemporâneo?

Pela leitura de nossos materiais de análise uma coisa se confirma: este sujeito se debate em uma falta de sentidos que vem do fato de que o Estado falha como lugar de articulação simbólica. Isto pode ser visto em várias ocorrências: Quando Marcola diz que não vai dizer o nome do corrupto porque **não tem sentido** dizer o nome dele pois o Estado, o sistema penitenciário não reabilita ninguém. Portanto a inscrição em uma

instituição (sistema penitenciário ou família) que faça o sujeito individualizar-se em seu sentido não está funcionando nas atuais condições. Há muito, eles desistiram desse modo de inscrição. E usam o discurso institucional apenas como estereótipo, para responder ao modo como o outro pensa sua situação. Para eles mesmo este é um discurso sem-sentido. É só uma referência imaginária. Não faz mais nenhum sentido. É só para “engatar” na conversa com os “de fora”. Só existe “fora” do discurso deles. É parte do discurso “sobre” eles que eles repetem mecanicamente. No cotidiano eles matam, ou, como é o caso dos X9, eles matam e queimam.

Outra coisa muito clara nestas falas é o fato de que a falta de sentido é a falta de espaço. Onde vivem? Em lugar nenhum. *Eu durmo assim, em cima das lajes mesmo, fora de casa. Não tem como me esconder dentro de casa, porque se eu dormir, eu não sei nem o que pode acontecer.* Falcão, ele só vê, não pode ser visto, não pode **estar** em lugar algum. Não tem um corpo reconhecido pela sociedade. É apenas o olho que vigia, do outro lado da lei, da sociedade. Não tem vida pública. Não é “comum”. Não existe. Não se significa no social. Não ter um lugar é estar dissolvido na fragmentação. *Se os home chega **aqui** nós vai ser tratado como bandido. Se pá, mete bala em nós, mata geral, nem leva de dura.(...) Na realidade eu não sou bandido, mas se eles chegar aqui eu sou. Pra eles eu sou.* Atente-se para o fato do uso do “aqui”, do “espaço” como definidor, individualizador do sujeito: aqui ele é bandido para eles, os policiais.

Não há espaço social e entre eles o espaço é disputado palmo a palmo. E como diz um deles: o limite é a rua. Lá todo mundo é igual.

Não há opção: *O que você vai ser quando crescer? Bandido. Quando o cara sai da cadeia sai neurótico. O cara sai com a maior marra de bandido.* Portanto não há escolha, não há lado, não há sentido. O próprio sentido de crime, não faz sentido: “O que é crime? É cometer assaltos, é praticar o tráfico mas sem deixar de respeitar o cidadão comum”.

E é assim que podemos entender o enunciado que me levou a esta reflexão. Um destes meninos conta que foi esbofeteado por um policial e acrescenta: *criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei a entrar nessa vida que eu to agora. A vida do crime, do lado certo na vida errada.* A vida é que está errada. O lado é certo. Mas se tentarmos mudar isto fica assim: A vida certa (?), do lado errado(?). Não há opção. Não há como des-virar este enunciado. Não há possibilidade de outro sentido.

Não há como estabelecer um (outro) sentido dentro desta ordem discursiva em que os processos de significação estão estabilizados em formações discursivas do

capitalismo habitual: certo/errado, crime, bandido, menino/traficante etc. Contemporaneamente, há uma demanda social em que o jogo das formações, portanto a filiação de memória é outra. E, assombrados pela falta, pelo sem lugar, esses sujeitos vivem em cheio o sem-sentido, balançados de um lado para outro na sua insignificância para a sociedade e para a história. Na sua falta de “corporalidade” (no corpo social). Na sua inviabilidade. Em seu apagamento. Pois é essa a sua realidade. Já foram há muito segregados e nem chegam a ser um caso de polícia (repressão) só de extinção (forma radical de segregação). Se há sentidos múltiplos e incertos eles não se sustentam numa racionalidade do Estado ou numa lógica do social mas na falta de espaço. *Você só vai botar a mão no que tu alcança.*

D) Reflexões conclusivas provisórias

Teriam os Falcões a impressão de fazerem parte de um grupo? Conseguiriam eles construir uma ilusão grupal capaz de “acalmar a angústia da cisão do sujeito?”. É-lhes possível imaginar-se em um corpo compacto que possui a liturgia e seus rituais comoventes em que a morte não entra? Ora, a morte é a experiência de seu dia-a-dia.

Como habitar um espaço? Esta é a questão fundamental. E que espaço é este? São estratégias de subjetivação diversas – habitar, desacelerar, suspender etc – que trabalham sobre um mesmo material subjetivo: fragmentos e subjetividades fragmentadas. Fazer de um fragmento uma situação implica transformar cada situação em um mundo habitável.

Pergunto-me - ainda que isto seja humanamente insuportável - se isto está ocorrendo com os meninos do tráfico, mas ocorre certamente com o pichador. Este é capaz, por seu gesto de simbolização, a letra, da produção de uma subjetividade capaz de habitar esse espaço e esse tempo ao irromper no social com seu gesto não desejado mas possível, pelo traço, pelo signo, pela grafia. É instantânea. Pode nem durar. Mas se dá. O pichador não sucumbe ao sem-sentido, ao contrário, afetado pelo não-sentido, ele rompe em “outro” sentido. Momentaneamente.

Isto ocorre com o “Falcão”? Penso que não. No abismo social em que ele vive, preso da fragmentação, ele não consegue, nem por um átimo, constituir uma situação. Ele é apenas um fragmento. Descartável.

. E o que acabamos de dizer mais acima mostra que o “Falcão” é pressionado pela falta de lugar, pela impossibilidade de se criar uma “situação”, de se produzir um espaço. Ele não habita. Não pode ir e vir.

Creio necessário explicitar aqui a distinção que tenho feito (E. Orlandi, 1992) entre o “não-sentido” – que é o não-experimentado, o que ainda não significa mas por uma necessidade histórica poderá vir a significar – e o “sem-sentido”, que é aquilo que já fez sentido e fica apenas em um imaginário imobilizado incapaz de significar. Aquilo que já não significa mais. Tornou-se in-significante.

Isto quer dizer, nos termos em que estamos desenvolvendo nossa análise, que encontrar uma situação(um (outro) espaço) para o sujeito é encontrar um sentido e tornar possível o movimento de sua individualização: poder estar; instalar (se em) uma situação. Passar do não-sentido ao sentido possível, “de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do não-sentido” (Pêcheux, 1975). Mas, nas condições em que vivem esses meninos, como fazê-lo, tendo o Estado como funcionamento da falta enquanto articulador do político com o simbólico, e tendo o tráfico como condição de vida? Ficando do lado certo, na vida errada. É a única resposta que nossa sociedade disponibiliza nesse momento. E que estes meninos dolorosamente su-portam. Face ao sem-sentido em que estão mergulhados.

Há possibilidade de transformar este espaço? Eu, de minha parte, serei sempre pessimista enquanto a palavra “democracia” surtir seu efeito mágico...É preferível dizer que não sabemos o nome do que virá do que tentar usar as palavras que já se historicizaram enquanto cortantes sentidos da nossa humanidade.

Humilhação ou Execração Pública?

Situando-nos criticamente em relação à questão da mundialização mas sem desprezar seus efeitos, podemos observar outros modos de tratar desta questão.

É sabido como P. Ansart (2007) desenvolve uma rica reflexão sobre os sentimentos na política. Não é de se estranhar portanto que desenvolvam-se atualmente estudos e discursos sobre a “humilhação”. Interessa-nos a humilhação enquanto ela se oferece como uma prática social.

O nosso sujeito – menino do tráfico, o falcão – certamente poderia ser pensado como um sujeito humilhado. Mas seria muito fácil. Seria ajustá-lo à sociedade rica de consumo que nos mantêm, países pobres, ao sabor de suas políticas de força e suas teorizações.

Alguns destes autores, remetem a questão da humilhação ao conceito de alienação em Marx (. Caso em que o objeto produzido pelo trabalhador aparece como estranho e independente a ele. Alheio a si mesmo.

Quanto mais valor o trabalhador cria, mais ele fica diminuído, mais sem valor e desprezível se torna (Marx, *idem*).

Claudine Haroche (2007) discorre depois sobre o que faz a sociedade de consumo com o indivíduo: perda de singularidade, de criatividade, de imaginação, a consciência de si. E penso como os meus meninos do tráfico já estão longe de poderem ser incluídos numa descrição como essa. Para isso, teriam que ser contados entre os que teriam um mínimo de relação com a sociedade envolvente. Eu me pergunto se posso considerar, no caso dos falcões, meninos do tráfico, o trabalho para o traficante como um trabalho. E o que isto acarretaria ao eu interior deste indivíduo.

Haroche acrescenta a isso a busca da visibilidade, aspiração pela qual o indivíduo é valorizado que acompanham novas formas de poder, de dominação econômica, política e social. O que se acompanha de transformações no tipo de personalidade. A invisibilidade seria sinônimo de inutilidade, de insignificância, de inexistência. No nosso caso, lembremos que o falcão evita justamente a visibilidade. É o que vê mas não pode ser visto. Onde o falcão se ancora na sua busca de poder? Na sua capacidade de ser invisível. Aí é que ele ganha importância, existência, significância. Na sua imagem franzina, aí ele ganha poder.

As sociedades podem ser distinguidas em duas categorias opostas: a de transcendência e a do individualismo. Se somos uma sociedade do individualismo – e é o caso da sociedade contemporânea – a questão do outro se coloca imediatamente. Como a presença do outro é incontornável, o problema que se põe é o de como tratar este outro. E o que se pergunta Enriquez (*ibid*) é se “eu devo respeitar sua dignidade ou ao contrário eliminá-lo de uma maneira ou de outra pela violência, e fazê-lo, pois sucumbir sob o peso da humilhação” Ora, se pensamos o menino do tráfico e as nossas sociedades do Sul a representação que prevalece na vontade de humilhar é a de uma distinção central e definitiva entre duas espécies humanas: os capitalistas e os proletários, os colonizadores e os colonizados, os super-homens e os sub-homens, aqueles que têm o direito de viver e aqueles que não têm o direito de existir. E aqui penso no que desenvolvo neste trabalho sobre preconceito: o preconceito incide sobre a existência mesma do indivíduo, negando-lhe a vida.

Continuando, Enriquez (idem) define o que é humilhar, nestas condições: consiste em colocar o indivíduo em uma posição em que lhe é impossível responder à violência sem se arriscar, onde ele só pode se submeter calado, se situar na “sombra do nome” de quem o humilha, ser obrigado a se identificar com o agressor, de experimentar a vergonha, de mentir ou dissimular para se proteger. Progressivamente ele perde sua identidade, sua estima e o respeito de si. Aqui reencontramos nosso Falcão. Ele perde seus direitos estabelecidos, recebe desprezo, ele já não pode “enfrentar o abismo” em pé, como diria Enriquez, citando Castoriadis. Mas creio que já se foi, com estes meninos, além da humilhação: o sentimento é de execração pública. Quando nosso menino do tráfico diz que “está no lado certo da vida errada”, não estaria ele dizendo que está tentando ficar em pé frente ao abismo? Sua vida não tem sentido pra si nem para os outros. Ele pode desaparecer sem deixar traço.

Enriquez continua a falar sobre a humilhação de forma muito interessante –mas creio que é uma humilhação que se endereça ao homem médio. O delinquente não está a seu alcance.

Se volto ao que diz Castoriadis, “enfrentar o abismo em pé”², e se procedo discursivamente, podemos produzir aí um efeito metafórico, uma deriva, deslocando de uma formação discursiva para outra, o que é dito relativamente à humilhação.

Desse modo, o menino do tráfico, quando afirma “eu estou do lado certo na vida errada” está afirmando que não está ao alcance da humilhação. Ele está fora das relações sociais que se apresentam como dominantes na formação social capitalista, e a humilhação só é possível nelas (assim como o pichador está fora do alcance da escola porque não escreve com letras do alfabeto). Se estivessem no interior dessas relações seriam humilhados. Eles se negam a isso. Estão no lado certo (“em pé”). Da vida errada

² Retomamos Castoriadis sem no entanto deixar de fazer a ressalva que esta (enfrentando o abismo) é uma expressão fortemente marcada pela discursividade religiosa (cf. por exemplo Gênesis). Daí propormos a deriva, o deslocamento para outra formação discursiva.

(“enfrentando o abismo”). Eis o efeito de sentido produzido por este deslizamento, por esta deriva metafórica.

Esses sujeitos, do modo como são individualizados na sociedade sobre a qual estamos refletindo, sociedade que se constitui na conjuntura da mundialização com todos seus componentes como expusemos neste estudo, não estão ao alcance do consenso. Por isso são, de certo modo, para nós, in-compreensíveis.

Assim como são in-compreensíveis os sentidos do que sejam movimentos sociais³, quando pensamos a sua “legalidade” se não nos limitamos às definições dadas pelos que tomam como referência o sistema capitalista. E se não o fazemos, e pensamos que todo o tempo a sociedade e seus sujeitos estão em movimento na história, movimento que, barrado, não significado politicamente, explode em sentidos que estão na base da produção da delinquência, da marginalidade, do terrorismo, da ilegalidade etc, nos tornamos, nós mesmos, in-compreensíveis.

Sem dúvida é assim que posso ler o que diz o secretário José Mariano Beltrame, na Veja de 31 de outubro de 2007: “No Brasil, e no Rio de Janeiro em particular, a convivência promíscua entre o legal e o ilegal provocou uma situação ambígua (incompreensível?eu diria). Chegamos a um ponto em que precisamos decidir. A sociedade deve escolher de que lado está”.

Ainda que fale em situação ambígua, para ele não há ambigüidade. De acordo com os padrões da sociedade capitalista há linhas nítidas que separam o legal do ilegal quando se trata do pobre, do delinquente, da criminalidade categórica. E dentro do

³ Os sentidos de movimentos sociais variam mas em geral têm sua padronização: a noção de movimento social tem servido para denominar uma organização estruturada com o fim de criar associação de pessoas ou entidades a fim de obter a promoção ou a defesa de objetivos face à sociedade. Podem ser legais ou ilegais. No modo como o vemos, discursivamente, assim como a identidade é um movimento na história, também a sociedade está em constante movimento na história. Há, pois, movimentos sociais contínuos. Qual a forma que eles apresentam e com a qual se representam? Quais são reconhecidos? Esta é a questão. Na formação discursiva dominante, o PCC, por exemplo, não pode ser considerado um movimento social. Toda sociedade constrói um sistema de valores e é em relação a eles que se considera um movimento social específico.

discurso neo-liberal, ainda que ele declare que, ao longo do tempo, a insegurança atual foi construída por interferência política irresponsável e ausência de políticas públicas, é a sociedade que deve escolher seu lado. Já que não se discute o que o Estado está fazendo nesta história. É o mesmo que dizer que podemos saltar fora da história e escolhermos onde estaremos. É claro que então estaremos do lado certo, na vida certa. É o que falta para significarmos que quem não está na vida certa são os que podem, devem mesmo, ser extintos (“vidas vão ser dizimadas”). São os que não merecem viver. E se argumenta que a “geografia” do Rio de Janeiro favorece a situação atual de guerra⁴. Como se o espaço da violência fosse apenas um espaço empiricamente discernível. E, portanto, uma vez a sociedade decidindo de que lado quer estar, o outro lado (o lado da vida errada) fosse finalmente solucionado. É só o que nos falta para vivermos um capitalismo sem risco, seguro, sustentável, feliz.

Bibliografia

- Bataille, G “Les sens moral de la sociologie” in *Critique*, Paris, 1946.
- Castoriadis, C. *Sujeito e verdade no mundo social histórico*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.
- Castoriadis, C. *As Encruzilhadas do labirinto, a ascensão da insignificância*, Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- Deloye e Haroche, Cl, (ed) *Le sentiment d’humiliation*, Paris, Ed. In Press, 2007.
- Enriquez E. “Croyances et mécanismes de défense dans les communautés”, in *Esprit de corps , démocratie et espace public*, Guglielmi et alii (org.), Paris: PUF, 2005.
- Enriquez E. in Deloye e Haroche, 2007.
- Guglielmi, GJ *Esprit de corps, démocratie et espace public*, Paris, PUF, 2005
- Haroche, Cl. “Modèles de comportements et types d’aspirations dans les mouvements de jeunesse em Allemagne (1918-1933)”, in *Esprit de corps, démocratie et espace public*, Guglielmi et alii (org), Paris: PUF, 2005

⁴ Claro que há sim um aspecto geográfico que favorece a criminalidade: entroncamento de grandes rodovias, aspectos de organização da cidade etc. Mas isto é só um elemento do modo de se praticar a criminalidade e não define sua existência como tal.

- Lewkowics et alii *Del fragmento a la situación*, Buenos Aires, Altamira, 2003.
- MV Bill e Celso Athayde *Falcão, meninos do tráfico*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.
- Marx K. *O Capital*(1867), Civilização Brasileira, 1980.
- Marx K. *Manuscritos econômico-filosóficos (1844)*, Boitempo, Rio de Janeiro, 2005.
- Orlandi, E *As Formas do Silêncio*, Ed. Unicamp, Campinas, 1992.
- Orlandi, E. *Discurso e Texto*, Campinas, Pontes eds, 2001.
- Orlandi, E “A flor da pele: indivíduo e sociedade”, in *Escrita e Escritos*, B. Mariani (org), Clara Luz, 2006.
- Orlandi, E *Cidade dos Sentidos*, Campinas, Pontes eds, 2004.
- M. Pêcheux *Les Vérités de la Palice*, Maspero, Paris, 1975. Trad. Bras. Ed. Unicamp, 1988, *Semântica e Discurso*.
- Schaller, J. “Construire un vivre ensemble dans une démocratie renouvelée”, USP, São Paulo, 2001.